



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito)

**Aldeia aç aizal munduruku: resistências e territorialidades,
santarém/pa**

Larissa de Sousa Silva ¹

Resumo: A aldeia Aç aizal faz parte do território Munduruku localizado em Santarém/PA. As territorialidades e a resistência da aldeia estão vinculadas ao processo de expansão da fronteira agrícola de grãos para a Amazônia, potencializando situações de conflitos e prejudicando a luta por território enquanto meio de vida. O objetivo é analisar e propor diálogos sobre as expressões de pertencimento e territorialidades, enquanto formas de resistências que se opõem a lógica capitalista. Os dados serão obtidos com a realização de entrevista semiestruturada. A aldeia Aç aizal, é epicentro de conflitos intensos e as territorialidades são formas de resistência para lutar por territorialização.

Palavras-chave: Aldeia; Território; Resistências; Territorialidades

Abstract: The Aç aizal village is part of the Munduruku territory located in Santarém/PA. The territoriality and resistance of the village are linked to the process of expanding the grain agricultural frontier to the Amazon, enhancing conflict situations and harming the struggle for territory as a way of life. The objective is to analyze and propose dialogues about the expressions of belonging and territoriality, as forms of resistance that oppose capitalist logic. The data will be obtained with a semi-structured interview. The Aç aizal village is the epicenter of intense conflicts and territoriality forms of resistance to fight for territorialization

Keywords: Village; Territory; Resistance; Territorialities

¹Graduada em Licenciatura plena em Geografia pela Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Vinculada ao Programa de Pós graduação do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Bolsita CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil). E-mail: larissa.system.lb@gmail.com ;



1 INTRODUÇÃO

A aldeia Açaizal é parte do pretense território Munduruku localizada em Santarém/PA². A ênfase de estudo na aldeia Açaizal, é devido a intensa situação de conflitos provocados pela presença assidua da expansão de cultivo de grãos que violentam as áreas de lazer e produtividade e territorialidades da aldeia. Está lógica capitalista de expansão de grãos para a região, sobretudo, ao redor da aldeia, tem os deixando vulneráveis e limitando suas lutas por demarcação territorial, ao qual, se encontra em andamento pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI³.

Suas reivindicações resultaram na autodemarcação da área, com objetivo de defender suas áreas de convívio social, cultivos, lazer e da natureza. A aldeia Açaizal, está localizada geograficamente em uma área conhecida como epicentro de conflito, fazendo fronteira nitidamente com os extensos campos de cultivos que se instalam de forma rápida e devastadora, inibindo quaisquer forma de reprodução de vida.

Nesse sentido, o objetivo é fazer uma análise sobre as territorialidades construídas na aldeia, manifestados como formas de pertencimento para permanecer e lutar pela territorialização enquanto direito expresso na constituição de 1988. Iremos analisar a casa de farinha coletiva e a farmácia de remédios tradicionais, para eles são lugares repletos de simbologias, representações e resistência, reverberam subsistência, sentimentos, pertencimento, laços de afetividade e sociabilidade entre os moradores.

A contribuição teórica irá caminhar pelo processo de expansão da fronteira amazônica, lugar de encontros entre as forças hegemônicas e os sujeitos que vivem da natureza, como os povos indígenas, que são vistos como ameaças e enfrentam as tensões política e econômica sobressaindo suas práticas culturais e territoriais.

Trata-se de uma pesquisa de cunho participante com abordagem qualitativa, onde o trabalho de campo constitui a principal fonte de pesquisa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, com as lideranças da aldeia, a partir da abordagem das práticas culturais que configuram o território. A construção da pesquisa, perpassa pela revisão bibliográfica, com apoio de artigos, dissertações, livros e pesquisa documental, através de documentos e

² A área de reivindicação indígena do povo Munduruku do Planalto santareno é composta pelas aldeias Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada, localizadas em áreas de várzea na margem direita do rio Amazonas e em terra firme, nas proximidades da Rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370

³ Portaria 1387/2018



ações achadas via internet, assim como, uso de gravador de voz, para melhor entender os diálogos estabelecidos com as lideranças.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico da expansão da fronteira amazonica sobre territorialidades indigenas

A amazônia é alvo de políticas de expansão desde a década de 70, tornando-se desde então, cenário frequente da colonização internacional e nacional do capital industrial e financeiro, com a mediação do Estado. Para Martins, (1997, p.12) “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos, (...) O desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um (...) O desencontro nas fronteiras é o desencontro de temporalidades históricas.

Nesse sentido, Almeida (2005) pontua que fronteira é alteridade, lugar de contrastes onde se constroem relações de poder entre sujeitos que lutam por territorialização, seja ela de vida ou mercantilização dos recursos. Nesse sentido, a vitalidade e precisão da força hegemônica capitalista que aliada aos aparelhos do Estado tem destrinchado as relações existentes nesses espaços de luta e organização coletiva.

Para Almeida (2004; 2010a; 2010b) e Porto-Gonçalves, (2001; 2006; 2017) a questão agrária na Amazônia delibera mudanças e transformações com emergências demandadas por ações políticas dos povos indígenas e quilombolas, que se reinventam na luta pela disputa do território

Para Guedes (2021),

[...] na Amazônia, cresce a afirmação pela autoidentificação dos grupos étnicos em defesa do território coletivo. E também o reconhecimento de que eles construíram essa maneira de lutar para não serem “varridos” pela política hegemônica inclinada à formação da propriedade privada individual da terra. (p. 329)

Este panorama de disputas políticas e territoriais abrangem as dimensões da economia e cultura, se tornando um espaço de luta em busca de justiça social pelos sujeitos que aqui vivem, e conseqüentemente é cenário capitalizado pela intolerância e ambição dos sujeitos que se instalam nesses lugares.

Nesta perspectiva, há relatos dos moradores e também podendo-se visualizar nos meios de comunicação o retrocesso governamental, ao apoio com discursos a políticas de



desenvolvimento que favorece latifundiários e madeireiras⁴, têm contribuído para o acirramento de questões agrárias na região, de forma alarmante ao passe que contraria e atormenta predatoriamente, as territorialidades das populações que fazem o uso da terra e território.

Almeida (2020) dialoga que a chegada de um representante da ultradireita no poder, em seu primeiro ano de governo federal, avançou os processos de expropriação, destruição ambiental e o acirramento das disputas e tensões territoriais na Amazônia. A disputa territorial capitalista por recursos e meios de produção, lastreada na correlação desigual de forças, e a sociobiodiversidade sempre foram fatores motivadores de conflitos na região. (p. 93)

As adversidades são intensas, conflituosas e por vezes violentas, propagam-se sob a ausência do Estado que não acolhe os povos indígenas como deveria. Sem alternativas, estas populações planejam suas próprias redes de proteção, resistindo as formas de violência, construindo mecanismos de defesas, tomando decisões e fazendo suas representações por meio de atos políticos, reestruturando forças e condições mínimas dentro do coletivo e das suas organizações para reivindicar territorialização e defender suas territorialidades.

Nesse sentido é importante frisar a importância do conceito território em que Claude Raffestin (1980) compreende que o espaço é anterior ao Território. Assim, o território se forma com o espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa esse espaço, de maneira sempre incerta e conflituosa.

Nesta perspectiva, território e territorialidades, apresentam importância para materialização e reprodução social. Em Saquet (2015), o autor ressalta o conceito de território e enfatiza que:

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. (p.45).

⁴Como o governo Bolsonaro atuou em favor das madeireiras na Amazônia: Operação Akunduba revela o envolvimento do ministro Ricardo Salles e do seu indicado Eduardo Bim em esquema para esquentar madeira ilegal para ver mais, disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods15/como-o-governo-bolsonaro-atuou-em-favor-das-madeireiras-na-amazonia/>



Neste espaço de luta por terra, território, vida e cultura, expressam verdadeiras territorialidades e temporalidades em tensão que se sobressaem umas sobre as outras nas suas especificidades construídas em distintos contextos históricos e relacionais desses sujeitos que vivem na Amazônia, a exemplo do povo indígena Munduruku, quilombolas e camponeses (GUEDES, 2021)

Para Heidrich (2009),

as territorialidades presentes nestas situações se referem a formas tradicionais de uso da terra e de reprodução social, mas também se encontram usos pertinentes a demandas da reprodução capitalista hegemônica, as quais destoam das compreensões sócio-culturais locais. Nesse sentido, dividem um mesmo plano que por vezes se afetam sobretudo na permanência uma da outra. (p. 272)

Haesbaert (2004) enfatiza o território como um “produto da apropriação simbólica”, na qual,

prioriza o simbólico-cultural, podendo ser traçado sobre a perspectiva da subjetividade, em que o valor do territorial é considerável diante da ligação do espaço físico e a natureza, responsável em primeira estância pela subsistência e reprodução da vida, que são revestidos através da etnia, simbologia, espiritualidade e valores. Outra dimensão traçada, é a economia, condição indissociável de ações humanas principalmente a partir da divisão do trabalho, com condições exercidas pelos sujeitos sedentos por trabalho e acumulação de capital, opondo-se completamente ao ritmo de trabalho destas aldeias. (p. 40)

Eles dão sentido e significado ao território de morada e condições de luta e resistência. É neste sentido que me reporto mais uma vez a Saquet (2015, p. 91) que compreende que a territorialidade precisa ser potencializada como espaço de mobilização, organização, luta e resistência política. Sendo a luta, fundamental para conseguir autonomia e justiça social, fatores que determinam respeito e primordiais na defesa e garantia de direitos.

Almeida (2008) salienta que,

O fator identitário leva as pessoas a se agruparem sob uma coletividade expressando e declarando seu pertencimento a um povo ou um grupo a fim de encaminharem demandas e reivindicações ao Estado para o reconhecimento de suas formas próprias de acesso à terra e a outros direitos (p. 30).

Nessa perspectiva, Cruz (2006) afirma a importância da territorialidade na práxis,



Lutar e resistir pelo direito à territorialidade é primordial na reprodução dos modos de vida, pois o território é, ao mesmo tempo a) meios de subsistência, b) os meios de trabalho e produção, c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, são elas que compõe a estrutura social (p. 20).

Com isso, compreende-se que a territorialidades construídas na aldeia Açaizal Munduruku é fruto da produção do espaço e neste espaço se constroem territorialidades através das relações sociais e poder constituídas nesse local a partir da expansão capitalista, no entanto, estruturam-se pela luta de permanência ao território, sobre questões não somente materiais, porém afetivas e simbólicas, subsistência nas quais essas populações entendem o mundo e seus cosmos.

3 RESULTADOS

3.1 Análises das territorialidades enquanto meios de resistências

Entendemos a fundamental importância da compreensão que a Geografia apresenta e tem desenvolvendo sobre as dificuldades de assimilação e entendimentos dos modos de vida dos povos indígenas, afinal, entende-se que estes fazem parte de outra sociedade onde suas territorialidades expressam vida, revelam identidades e os modos como eles se inserem nos contextos e dimensões culturais, econômicos, políticos e sociais.

As representações e simbologias são indissociáveis da maneira como eles reagem e compartilham o mundo, dão sentido a vida para ser e existir. Com isso, no decorrer da escrita pretende-se analisar dois principais elementos que constituem territorialidades na aldeia Açaizal⁵, sendo eles: a casa de farinha coletiva e a farmácia de remédios tradicionais, em relatos os moradores encontram nesses elementos maneiras para continuar existindo em meio a tentativa de anulação do território.

A complexidade e as tensões em volta da aldeia Açaizal é compreendida através dos sujeitos hegemônicos capitalista que se instalaram devastando não somente suas reivindicações por direito coletivo, mas seus campos simbólicos de reprodução de vida e território de uso comunitário, ambiente onde manifestam ancestralidade e luta política na busca por direitos.

Em seus relatos eles se autoidentificam como indígenas Mundurukus e se reconhecem como um povo contemporâneo, respaldados na constituição de 88 como

⁵ Importante enfatizar que a escolha dos dois elementos é dita por eles em algumas entrevistas feitas em campo no final de 2019.



tradicionalmente ocupados. O sentimento de pertencimento com o lugar entra em contraste com o sentimento da violação dos direitos sob seus territórios de uso coletivo. Suas resistências são marcadas por muitas lutas, e pelas formas como eles se autoreconhecem e querem ser direcionados.

Parafraseando Almeida Silva (2011) na tentativa de desenvolver uma teorização, compreendemos que a territorialidade indígena é um componente acessível e aberto, devido a sua expressão de transcendência, como resultado das experiências socioespaciais permeadas de formas materiais e imateriais, incorporando ainda à representação espacial com signos, códigos, símbolos, espaços de representação constituídos pelo concreto e o imaginário.

Nesse sentido, as territorialidades são expressas nas reivindicações pautadas pelo discurso jurídico da materialização enquanto território e pela imaterialidade relacional manifestadas pelos espaços e locais de representação, como aponta o relato do cacique da aldeia

“nosso chão, o igarapé, nossa floresta, os animais e principalmente nossa vida, não é mercadoria, estamos lutando diariamente pra fazer valer nossos direitos, não iremos sair daqui, nossa marca, nossos parentes sempre estiveram aqui e nós também vamos ficar, nossa resistência esta na luta, está em cada pedacinho de terra preta, em cada folha de arvore” (entrevistas concedida em 2019)

É um relato forte que carrega nas palavras sentido político, proteção das práticas sociais, sensibilidade aos ancestrais que moravam naquele local e respeito com a natureza. A chegada da monocultura de soja, tornou as relações da aldeia fragilizadas, muitos moradores relatam a privatização dos seus locais onde retiravam sua subsistência, locais que eram sagrados e não podem mais utilizar ou se aproximar.

3.2 Casa de farinha coletiva como territorialidades, subsistência e resistência

Pautados na constituição, enquanto sujeitos políticos e tradicionalmente ocupados, eles estão dispostos a lutar para manter suas territorialidades e emergências “já pensou mana, a gente não poder mais fazer roça e plantar porque eles dizem que é deles, aos poucos eles querem tirar o que é nosso” relato de uma moradora da aldeia.

A partir desta fala marcada por indignação, iremos analisar este primeiro elemento, a casa de farinha coletiva da aldeia. Em muitos relatos, eles apontam que seus locais de roçado já estão em partes inacessíveis, pois não existe florestas suficientes para manter o



processo de “abrir a mata, queimar os pontos para o uso, limpar, plantar, colher e deixar o solo descansar” (relato do cacique, 2019).

Certificada por Acevedo e Castro (1988) a atividade de roça está pautada em quatro fases principais: derrubada, plantio, capina e colheita, nesse sentido, os campos de grãos se aproximam da aldeia de forma ardilosa, privatizando e intimimando aproximações

Figura 1- Casa de farinha coletiva da aldeia



Fonte: Silva (2021)

A imagem da casa de farinha fica localizada na frente da aldeia, é uma casa de farinha que está em desuso, o seu sentido é para mostrar resistência aos que entram na aldeia, pois ao longo do processo de capitalização da terra, muitas famílias perderam suas áreas de roçado, de onde tiravam sua subsistência e partilhavam suas formas de economia através da produção a farinha de mandioca, farinha de tapioca, bejús e todos os outros derivados, para consumo familiar, da aldeia e vendas externas.

Por muito tempo, havia abundância de roçados e as famílias conseguiam se manter de forma razoável as suas necessidades, além de que, a mandioca em si para muitas dessas famílias representa sobrevivência, as práticas desde a plantação até a colheita e a produção designa momentos de sociabilidade entre os núcleos familiares, permeia e estabelece identidades, e pertencimento a terra enquanto floresta e aos seres, porque é a forma de subsistência passado de geração em geração.



Para Portela, Santos e Silva (2021)

Nessas casas de farinha que as sociabilidades são ativadas. Por meio dos puxiruns se interligam e comunicam várias outras casas de farinha, afim de tornar mais alegre o ambiente de trabalho, as casas de farinha se tornam espaços de conversas, risadas e brincadeiras, é ali onde os laços afetivos e identitários se firmam e se tornam diariamente mais sólidos (p.81)

Atualmente, essas areas que antes eram de alegria e partilhas sociais, foram substituidos por campos para grãos, gado, cercas, ripas na tentativa, de evitar aproximações com os indigenas. Muitas famílias estão sendo coagidas caso haja a aproximação, os deixando vulneraveis, sem motivos para continuar sua produtividade. Com isso, poucas famílias ainda resistem as coerções, e em um puxirum⁶ construíram a casa de farinha coletiva, no inicio da aldeia, para demonstrar resistência, força, como ato de mobilização para reexistir e sobreviver dentro dessas forças antagônicas que os subestimam, inferiorizam, os exclui, os marginaliza dentro das suas terras.

Essas relações com os roçados e o ato de fazer a farinha, está interligada com atos emocionais e de subsistência. É nessas malocas, construídas a palhas e barrotes, tiradas da natureza que consagram suas territorialidades, constituem cerimoniais, ritos sociais enquanto socialibilidades, agradecimentos aqueles que os protegem os seres encantados da floresta, demonstrando suas cosmologias e sentimentos de reverencia desde a alegria de poder usufruir dos bens para alimentação e proteção, dando sentido ao pertencimento territorial e cultural.

A roça tem a necessidade de atender necessidades familiares e produzir excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade, com outros grupos domésticos e com a comunidade mais ampla bancando reuniões padronizadas nos costumes para estreitar as relações de convivência. (ACEVEDO E CASTRO, 1988, p.163,164).

3.3 Farmácia de remedios tradicionais, como territorialidades e elemento de resistências

Os elementos de resistência desses povos se apresentam de forma direta e indireta, e a principal forma de resistência está na organização coletiva de seus espaços e na expressão das territorialidades emanadas pelas práticas socioculturais. Nesta perspectiva a

⁶ Ato coletivo, orgânico e solidário de famílias, amigos e parentes, para fazer plantar e colher a mandioca



aldeia Açaizal, esplandece a partir da fármacia de remedios caseiros a importância de manter vivo e presente os saberes que formulam diversos medicamentos a favor da aldeia, em detrimento do momento ameaçado e fragilizador na qual eles se encontram.

Figura 2 - Farmácia de remédios tradicionais



Fonte: Silva, (2021)

Entendese por Medicina Tradicional, compreender diversas práticas, conhecimentos e crenças sanitárias que incluam plantas, animais e/ ou medicamentos baseados em minerais, terapias espirituais, técnicas manuais e exercícios, aplicados individualmente ou em combinaao para manter o bem estar, além de tratar, diagnosticar e prevenir as enfermidades (FRIEDRICH, 2019).

Para a moradora da aldeia “Fazer nossos remedios naturais  ato de amor e cuidado com os nossos, uma vez ao ano nos reunimos para fazer, as porões, as pomadas, as batidas, as banhas”. Para eles, a preparaao desses medicamentos,  um momento ritualistico desde a retirada da natureza, em cada tronco de arvore, em cada erva e animal,  “conversado” com a natureza e com os seres encantados⁷ para pedir permissão e retirar somente o que  necessário e usado corretamente.

“No aspecto de construao cosmogonica, os coletivos possuem uma relaao introspectiva, ritualistica e reverencial, em que os valores têm sido de permanência e

⁷ Refere-se a representaoes de proteao da natureza, como por exemplo: mãe da água, curupira e demais protetores



manutenção simbólica, ao mesmo tempo em que representa a ideia de continuum sob a ótica do espaço de ação e das representações” (ALMEIDA SILVA, 2011)

Os saberes das formulas tradicionais são repassadas de geração em geração, principalmente, por mulheres. Os relatos dos moradores demonstram haver preocupação com a extinção das arvores e ervas que detém os ativo de “cura”, visto que a maior parte fica a dentro da floresta fechada, na qual, os campos de grãos estão violentamente se integrando e privatizando esses lugares que para os indigenas são areas sagradas.

Para os moradores da aldeia, é uma violência sem tamanho, eles não terem o direito de exercer suas territorialidades, conforme, seus ancestrais faziam. Para Bordieu (2011, p. 11) trata-se de uma violência imaterial e simbólica, cumprindo uma função política de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para a dominação de um grupo sobre outro.

Mesmo com as imposições, eles seguem resistindo as ameaças, plantando, enquanto as forças hegemônicas derrubam, tentando trazer equilibrio para a natureza para que não falte nos medicamentos. A disputa por esses espaços fica evidente na medida que estes povos ficam confinados e restritos para fazer o uso de seus locais como gostariam.

A produção desses medicamentos, “é feita no mês de abril durante algumas semanas, nos reunimos com as mulheres daqui e fazemos muito a pomada milagrosa⁸, aqui todo mundo gosta”. Os medicamentos mais utilizados pelos moradores segundo uma moradora da aldeia as ervas e sementes mais utilizadas é a copaíba, andiroba, capim cheiroso e semente de cumaru, para produzir a pomada milagrosa, xarope com 30 ervas, garrafadas⁹

Para o cacique da aldeia “não podemos viver sem ter esse contato como aquilo que nos sustenta, é nossa historia, é nossas raízes”. Suas falas descrevem com bastante acuidade a construção das territorialidades vividas e ameaçadas por forças externas.

Para ALMEIDA SILVA, (2010)

Na configuração dos coletivos em conceber o mundo e suas territorialidades, seus meios tecnológicos e etnoconhecimentos são indicadores para a compreensão de suas culturas como importantes instrumentos analíticos do mundo, como é o caso da etnomedicina. Destarte, a geografia indígena oferece condições de “análise interpretativa com a finalidade de demonstrar a realidade inacessível materialmente, mas que se encontra intrinsecamente presente no

⁸ Pomada milagrosa de Açaizal, feita pelas mulheres da aldeia com banha (gordura) de animais, misturado com ervas.

⁹ Garrafa com várias misturas de ervas usada como medicação



divíduo e se realiza através das experiências adquiridas cosmogonicamente” (p. 78)

Nesse sentido, a construção de territorialidade e a resistencia para se manter nesses espaços é evidente. As falas dos moradores são munidas por valores objetivos e subjetivos que correspondem as suas vivências, as suas histórias de luta, a uma ancestralidade que foi massacrada, mas que eles estão presentes para não permitir que os elementos externos se apropriem das suas trajetórias de pertencimento com a aldeia.

Em afirmação com Guedes (2021) Conhecendo melhor esses povos indígenas, veremos que, apesar de partilharem conosco o acesso a praticamente tudo que o mundo contemporâneo nos permite, em termos de bens de consumo e de informação, estamos diante de outras sociedades. Ressalta-se que elas são muito bem estruturadas quanto aos modos de vida e visão de mundo, e esses modos próprios são suficientemente versáteis e apropriados para conviver com os nossos.

Elas se organizam estruturalmente em suas funções sociais e econômicas, pois a terra é de uso coletivo, as relações entre as comunidades são dinâmicas, tendo em vista, que as atividades produtivas são realizadas em conjuntos dentro de uma relação orgânica de solidariedade mútua entre as famílias e amigos.

Estes elementos são fatores que foram construídos ao longo do tempo e que afirmam suas territorialidades específicas como formas de resistências desse território. Suas práticas sociais e festivas é importante para manutenção da vida, pois são sujeitos que se afirmam indígenas e vivem na sociedade como outras sociedades.

4 CONCLUSÕES

A luta por território é contínua para estes povos, mas a territorialidade os mantém vivos e permitem que eles se reproduzem a partir de seus modos de vida, se apoiam nos elementos territoriais como o trabalho coletivo da produção de farinha, a farmácia dos remédios tradicionais, e tantos outros, que para eles são reflexos territoriais mantidos pela ancestralidade e atualmente elementos para manter a sobrevivência nesses espaço de luta e conflito.

A demarcação territorial é importante enquanto meio jurídico, de proteção que o Estado tem que fazer como obrigação, mas suas territorialidades daquilo que acreditam enquanto povos perpassa a metricidade de território. Se entendem como sujeitos políticos e povos contemporâneos que querem viver do que a natureza oferece, compartilhando seus modos de vida e cultura, fortalecer os laços afetivos entre seus núcleos familiares, querem estar presentes com a sociedade dentro das instituições de ensino, por exemplo, compartilhar os saberes de vida, e elevar os movimentos de luta.



REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa. CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios.** – 2. ed – Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, 192 p.

ALMEIDA, A. W. B. Processos de Territorialização e Movimentos Sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. (Org.). **O Campo no Século XXI: território da vida, de luta e de justiça social.** São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. [et al]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010a. p. 101-144.

ALMEIDA, A. W. B. Direitos territoriais e étnicos: as estratégias dos agronegócios na Amazônia. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b. p. 382-387.

ALMEIDA SILVA, Adnilson. **Representações indígenas: territorialidades e identidade – uma aproximação teórica.** RA´E GA 23 (2011), p. 238-262 www.geografia.ufpr.br/raega/ Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR

ALMEIDA, M. G. **Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil.** Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 14, n. 2, ago/2020, p. 91 – 111

CRUZ, Valter do Carmo. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia.** Terra Livre, Goiânia, ano 22, v. 1, n. 26, p. 63-89, jan-jun/ 2006.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Territorialidades em tensão: processos e disputas por territorialização na Amazônia/ ENEIAS BARBOSA GUEDES.** Orientadora Marta Inez Medeiros Marques, São Paulo. 2021. 406f

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. 284p



HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** / T327 Marcos Aurelio Saquet,

MARTINS, J.S. A fronteira. **A degradação do Outro nos conflitos do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997

PORTELA, J. SANTOS, P. SILVA, J. **A roça e o trabalho coletivo na produção da farinha de mandioca nas comunidades quilombolas matá e silêncio em Óbidos, Pará, Brasil**. Geographia Opportuno Tempore Universidade Estadual de Londrina EISSN: 2358-1972 Volume 7, Número 1, 2021

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana. Artigo. In: **Revista GEOgrafia** (Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo). Niterói: UFF, Ano VIII -N. 16, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980

Rio Grande do Sul. **Secretaria de Estado da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Política Intersectorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Plantas medicinais e medicina tradicional indígena no RS** /organização Neidi Regina Friedrich. Porto Alegre: Escola de Saúde Pública, 2019. 28. p. il

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed.– Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Silva, Larissa de Sousa. **A luta pelo território Munduruku - emergência étnica e territorialidades (re) construídas na aldeia Açaizal - Santarém/PA** / Larissa de Sousa Silva. - Santarém, 2021. 98f.: il.